



CAPPELLI

E-mail: paulo.cappelli@correiodamanha.net.br

com Lucas Gayoso

Instagram: @jornalistapaulocappelli

O desabafo de Bolsonaro após nova operação da PF em sua casa

TON MOLINA/STF

■ Jair Bolsonaro desabafou e disse não acreditar que estava sendo alvo de uma nova operação da Polícia Federal, que ocorreu nesta quarta-feira, na casa do ex-presidente.

■ Cedo pela manhã, duas viaturas da Polícia Federal (PF) estacionaram em frente à residência de Bolsonaro, no bairro do Jardim Botânico, em Brasília. Os carros estavam descaracterizados para não chamar a atenção.

■ A coluna apurou que cerca de 10 policiais vistoriaram todo o imóvel em busca de armas que o ex-presidente poderia estar escondendo. A casa ficou cheia, tendo em vista que já conta com dois policiais militares que fazem a custódia de Bolsonaro.

■ A operação de busca e apreensão determinada pelo ministro Alexandre de Moraes foi minuciosa. Até mesmo o quarto de Laura, a filha adolescente de Bolsonaro, de 15 anos, foi vistoriado. Os agentes vasculharam armários, roupas, camas, banheiros, sofá, todos os móveis da residência e também a área do jardim.

■ Ainda quando os policiais estavam no local, Bolsonaro lamentou a necessidade da operação e que Laura e a esposa Michelle, que estavam presentes naquele momento, tivessem que passar pela situação. Durante a ação policial, Michelle demonstrou bastante incômodo e procurou acalmar a filha.

■ Ao final das buscas, os agentes não encontraram nenhuma arma escondida ou qualquer outro objeto que configurasse o descumprimento dos requisitos exigidos pelo ministro Alexandre de Moraes ao conceder a prisão domiciliar humanitária a Jair Bolsonaro. O regime domiciliar foi concedido por questões de saúde.

■ A coluna apurou que, desde a chegada até a saída, os agentes da PF não agiram com truculência e foram respeitosos com a família do ex-presidente.

■ Depois das buscas, Bolsonaro quis saber se o Supremo Tribunal Federal ou a Polícia Federal haviam divulgado para a imprensa a operação e o resultado da operação.

■ Ao tomar conhecimento de que nenhuma divulgação havia sido dada pelas autoridades,



Operação da PF determinada por Moraes procurou armas em posse de Jair Bolsonaro

des, Bolsonaro disse que se tivessem encontrado um estilingue na casa dele, a operação teria sido divulgada com alarde, estamparia a capa de todos os jornais e tomaria conta do noticiário na televisão.

■ O ex-presidente, então, solicitou a sua equipe de advogados que emitisse uma nota para relatar o acontecido.

■ Dois dias antes da operação, a coluna Paulo Cappelli noticiou com exclusividade que Alexandre de Moraes deu um prazo de 48 horas para o Exército Brasileiro entregar à Polícia Federal oito armas de Jair Bolsonaro que estavam acauteladas com as Forças Armadas.

■ O armamento ficará apreendido e vinculado ao processo de execução penal relacionado ao ex-presidente. A decisão foi assinada no último domingo, após a defesa informar ao STF que duas armas já haviam sido entregues. Segundo os advogados, os demais armamentos permaneciam acautelados no Batalhão de Polícia do Exército, em Brasília.

■ Moraes determinou: “Ao Comando do Batalhão de Polícia do Exército em Brasília que proceda a entrega das armas abaixo nominadas à Superintendência da Polícia Federal, que deverá realizar a apreensão e guarda das mesmas vinculada ao presente processo”.

■ No documento, o ministro determinou que o Exército encaminhasse imediatamente à PF oito armas, entre elas pistolas de calibres .380, .40 e 9mm, uma carabina/fuzil Springfield

calibre 7,62 mm e duas espingardas calibre 12.

■ Com a operação realizada nesta quarta-feira, fica evidente que Alexandre de Moraes quis saber se, além dessas armas, Bolsonaro tinha alguma outra escondida em casa.

■ Fabio Wajngarten, que chegou a chefiar a Secretaria de Comunicação no governo Bolsonaro, criticou a operação policial. Ele escreveu: “O famoso esculacho. Pelo presidente Jair Bolsonaro, vamos ajudar o Flávio”.

■ O senador e pré-candidato à Presidência da República Flávio Bolsonaro disse que a operação de busca e apreensão realizada pela Polícia Federal na casa de Jair Bolsonaro foi uma “tentativa de criar uma cortina de fumaça” para atrair a atenção do noticiário enquanto ele, Flávio, cumpre agenda nos Estados Unidos para tentar evitar a imposição de novas tarifas do governo de Donald Trump contra o Brasil.

■ Durante uma live no YouTube, Flávio Bolsonaro disse: “Mais uma comprovação de que incomodamos o sistema. A todo momento, estão tentando interferir nas eleições. Hoje pela manhã, o presidente Bolsonaro tomou outra busca e apreensão, em uma clara tentativa de criar uma cortina de fumaça para dividir o noticiário enquanto eu estou trabalhando pelo Brasil nos Estados Unidos”.

■ O senador está em solo norte-americano para tentar demover o governo de Donald Trump de aplicar novas tarifas a produtos brasileiros.

PGR pede ao STF que restabeleça condenação da FIFA por caso da Copa de 14

■ A Procuradoria-Geral da República (PGR) pediu ao STF que restabeleça a condenação da FIFA em uma disputa envolvendo a Copa do Mundo de 2014, realizada no Brasil. Em parecer enviado ao ministro Gilmar Mendes nesta quarta-feira (8/7), o órgão afirma que a entidade pode ser responsabilizada pelos prejuízos causados a uma empresa brasileira durante as negociações para o uso de uma tecnologia na competição.

■ A manifestação foi apresentada em um recurso da SPUNI Comércio de Produtos Esportivos e Marketing, que desenvolveu o spray de barreira utilizado por árbitros de futebol. A companhia afirma que negociou durante anos com a FIFA, forneceu gratuitamente a tecnologia para testes e para a Copa do Mundo de 2014, mas teve sua marca ocultada durante a competição e acabou excluída das tratativas comerciais.

■ O Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJRJ) e, posteriormente, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) reconheceram que a FIFA agiu com má-fé nas tratativas e condenaram a entidade ao pagamento de indenizações por danos materiais e morais. Parte dessa condenação, porém, foi anulada por uma decisão monocrática de Gilmar Mendes em maio, que agora é contestada pela PGR.

■ Na ocasião, o ministro deu parcial provimento a um recurso da FIFA e anulou trecho do acórdão do STJ que havia afastado a aplicação dos artigos 11 e 16 da Lei da Copa, que tratam da exclusividade da entidade para explorar publicidade e marcas nos locais oficiais do evento.

■ Para Gilmar Mendes, a decisão desrespeitou a cláusula de reserva de plenário prevista no artigo 97 da Constituição ao deixar de aplicar dispositivos legais sem que o tema fosse analisado pelo órgão competente.

■ Agora, a PGR sustenta que esse entendimento deve ser revisto. O parecer afirma que a discussão nunca envolveu o controle de constitucionalidade da Lei da Copa, mas a responsabilidade civil da FIFA por suposta violação da boa-fé objetiva durante as negociações mantidas com a empresa brasileira.

■ “Não houve o afastamento da incidência dos arts. 11 e 16 da Lei da Copa com base em deliberação de controle de validade constitucional”, afirma a PGR.

■ A Procuradoria também argumenta que eventual discussão sobre violação à Constituição estaria preclusa, pois a FIFA não apresentou recurso extraordinário simultaneamente ao recurso especial quando o caso ainda tramitava nas instâncias anteriores.

Janones é notificado pelo STF e terá 15 dias para responder queixa-crime de Michelle

■ O deputado federal André Janones (Rede) foi oficialmente notificado pelo STF para apresentar defesa na queixa-crime movida pela ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro. A ordem foi expedida pelo ministro Nunes Marques, relator do caso. No mandado, o magistrado determina que Janones seja intimado para apresentar resposta no prazo de 15 dias.

■ A notificação foi encaminhada ao gabinete do parlamentar na Câmara dos Deputados por um oficial de justiça e por endereço eletrônico. “Acompanham este mandado cópias da queixa-crime e do despacho/decisão no qual foi determinada a noti-

ficação”, registra o documento.

■ A ação foi apresentada por Michelle após declarações feitas por Janones nas redes sociais. Na queixa-crime, a ex-primeira-dama acusa o deputado dos crimes de calúnia, difamação e injúria, além de pedir indenização por danos morais no valor de R\$ 20 mil.

■ Segundo a defesa de Michelle, Janones extrapolou os limites da imunidade parlamentar ao associá-la, sem apresentar provas, ao suposto escândalo envolvendo o Banco Master. Os advogados sustentam que as publicações tiveram o objetivo de atingir sua honra e reputação perante a opinião pública.